



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES
ESTADO DE MINAS GERAIS

Dores de Guanhões, MG, 21 de maio de 2026

DADOS DO AVISO	
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 043/2026	
DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Dia 11 de junho das 08hs00 as 14hs00.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO	Horário de Brasília (DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	(www.licitanet.com.br),

Anexos deste aviso:

ANEXO I	PROPOSTA DE PREÇOS
ANEXO II	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO III	RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DECLARAÇÕES

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Número de ordem	DISPENSA ELETRÔNICA Nº	009/2026
	PROCESSO LICITATÓRIO Nº:	043/2026
Setor	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	

1. REGÊNCIA LEGAL

✓ Lei nº 14.133/2021, Art. 75, Inc. II.

2. OBJETO

2.2 Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de recargas de oxigênio medicinal, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Dores de Guanhões/MG, com observância das normas técnicas e sanitárias aplicáveis para atender as demandas da Secretaria Municipal.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta Dispensa de Licitação, pessoa jurídica, regularmente estabelecida no país que atenda às condições exigidas neste Aviso e seus anexos, devendo pertencer ao ramo da atividade pertinente e compatível com o objeto pretendido.

3.2 Só será permitido um representante por empresa;

3.3 Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados:

a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

b) Que não atendam às condições deste Aviso e Termo de Referência;



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

- c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 - TCU Plenário);
- f) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21.
- g) Aquele que não atenda às condições deste Aviso e seus anexos;
- h) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a dispensa versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- i) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- j) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da Dispensa, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- k) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- l) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- m) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- n) Agente público do órgão ou entidade licitante;
- o) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
- p) O impedimento será também aplicado ao fornecedor participante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- q) A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- r) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- s) Não há impedimento de participação na contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- t) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.

u) A vedação de impedimento estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa advinda da execução do objeto desta licitação correrá por conta do crédito orçamentário sob a classificação funcional programática e categoria econômica abaixo discriminada:

02.07.20.10.301.0023.2017.3.3.90.30.00 FICHA 220 FR 1500/1600/1621/2600/2621

02.07.20.10.301.0023.2438.3.3.90.30.00 FICHA 242 FR 1500/1600/1621/2600/2621

4.1 PRAZO E LOCAL DE ENTREGA / DO CONTRATO

4.1.1 Local de Entrega e execução:

4.1.2 O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e mediante emissão de Nota de Autorização de Fornecimento – NAF.

4.1.3 O prazo para entrega deverá ser de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da NAF.

4.1.3.1. Em situações emergenciais devidamente justificadas pela Secretaria Municipal de Saúde, o fornecimento deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4.1.4 As entregas deverão ocorrer na Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua do Rosário, nº 315, Centro, Dores de Guanhanes/MG, ou em outro local previamente indicado pela Administração.

4.1.5 Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, observadas todas as normas técnicas e sanitárias aplicáveis.

4.1.6 Em caso de fornecimento em desacordo com as especificações exigidas, a contratada deverá promover a substituição imediata, sem ônus para a Administração.

4.2 - Findo o processo de dispensa eletrônica, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar o Contrato, que obedecerá ao modelo anexo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.

4.3 - O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do dispensa eletrônica ou outra for sua decisão.

4.4 - Caso a fornecedor participante vencedora não atenda ao prazo previsto no item 4.1.3, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o CONTRATANTE, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a fornecedor participante vencedora neste instrumento.

5. PRAZO E FORMA PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO.

5.1 PRAZO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS: Este Aviso de Dispensa de Licitação ficará aberto por um período de 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, contados a partir da data da publicação no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas). Este aviso também será publicado na Plataforma do www.licitanet.com.br.

5.2 A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser encaminhados por meio da Plataforma Licitanet, no prazo e horário estabelecidos neste Aviso. Para o endereço eletrônico: na



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

Plataforma do www.licitanet.com.br no horário e prazo estabelecidos.

5.3 PRAZO DE ENTREGA (PROPOSTA E DOCUMENTOS):

DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DIA 11 DE JUNHO DE 2026, DAS 08HS00 AS 14HS00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).E FIM DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

6. PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 O fornecedor participante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.2 Valor unitário e total do lote e seus itens;

6.3 Marca dos produtos ofertados.

6.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

6.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

6.6 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega da mesma para todos os efeitos. Sendo apresentado prazo inferior, ou não sendo apresentado o prazo, o prazo de 60 (sessenta) dias valerá para todos os efeitos, salvo se o prazo apresentado for superior a sessenta dias. Neste caso, prevalecerá o prazo maior. De qualquer forma, é facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

6.7 A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.

6.8 A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Aviso será desclassificada. Bem como aquela que não apresente marca e modelo (quando exigíveis) ou apresente mais de uma marca ou modelo para o mesmo objeto.

7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Para fins de comprovação de habilitação, deverão ser apresentados junto com a proposta de preços, os documentos relacionados no Anexo III com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade.

8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1.1 As propostas apresentadas em consonância com as exigências do Aviso serão classificadas e será declarada vencedora a que apresentar o menor preço unitário.

8.1.2 Os interessados que apresentarem proposta de preços com divergência às exigências deste Aviso e seus anexos será desclassificada.

8.2 HABILITAÇÃO

8.2.1 Será habilitado o interessado que atender todas as condições do Aviso e seus anexos.

8.2.2 Será inabilitado o interessado que não atender as condições do Aviso e seus anexos.

9. OBRIGAÇÕES, INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

9.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Aviso e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos; bem como as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

9.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados);

9.4 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8 Quando não for possível a verificação da regularidade em Sistema de Cadastro de Fornecedores, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 9.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;
- 9.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.18 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

- 10.1 O fornecedor participante deve estar ciente de que, para participar do processo de dispensa ou ser contratado, apenas os documentos e informações que contenham dados pessoais e da pessoa jurídica exigidos por força da Lei serão solicitados. Os dados obtidos serão incorporados ao processo administrativo e utilizados na elaboração de contratos, empenhos, pagamentos e todas as atividades necessárias para garantir a perfeita execução e pagamento do objeto. É importante ressaltar que os contratos celebrados pela Prefeitura Municipal de Dores de Guanhanes/MG são integralmente divulgados no Portal de Transparência, assim como todos os demais atos relacionados ao processo, que também são publicados nos sites oficiais e na imprensa oficial.
- 10.2 O quantitativo estimado previsto nesta contratação constitui mera expectativa de consumo. para utilização até 12 meses, sujeito a solicitação conforme demanda. Nesse sentido, a Administração não se encontra compelida ao consumo integral do valor estimado.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 11.1 São obrigações do Contratante:
- 11.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 11.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 11.4 Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 11.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.7 Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
- 11.8 Aplicar a Contratada, sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 11.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

11.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.11 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

11.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

12.2 Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Dores de Guanhanes, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

12.3 Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo à Administração, na entrega da mercadoria/prestação, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

12.4 Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.

12.5 Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

12.6 Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

12.7 Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;

12.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;

12.9 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

12.10 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13. EXTENSÃO DAS PENALIDADES

13.1 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o CONTRATANTE poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

13.2 - Retardarem a execução da dispensa;

13.3 - Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

13.4 - Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – Homologada a dispensa eletrônica, o adjudicatário receberá autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.

14.2 – Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(s), objeto da contratação de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

classificação, para execução do serviço.

14.3 - É facultado à **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** ou a **AUTORIDADE COMPETENTE**, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

14.4 – Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta contratação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

14.5 – Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste aviso, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas

14.6 – Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta dispensa eletrônica.

14.7 – Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/21, nos artigos 137 a 139.

14.8 – A **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no art. 125.

14.9 – Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

14.10 - A contratação dos itens requisitados para cada evento deverá ser precedida da requisição específica não ficando necessariamente obrigado o CONTRATANTE a contratar todos os itens constantes no contrato, devendo o mesmo ser fornecido de forma fracionada ao mesmo.

14.11 - É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.

14.12 - A presente contratação direta somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

14.13 - O **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.14 – É vedado ao participante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão da dispensa.

14.15 - Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO de forma exclusiva pela plataforma de licitações Licitanet (www.licitanet.com.br).

15.DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1 O licitante/contratante deve observar e a contratada deve observar e fazer observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, cabendo-lhes a obrigação de afastar, reprimir e denunciar toda e qualquer prática que possa caracterizar fraude ou corrupção, em especial, dentre outras:

15.2 prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

15.3 prática fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

15.4 prática colusiva: esquematizar ou estabelecer acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitante, visando a estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

15.5 prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em dispensa eletrônica ou afetar a execução do contrato;

15.6 prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de qualquer das práticas acima; e praticar atos com a intenção de impedir materialmente o exercício do direito de inspeção para apuração de qualquer das práticas acima.

<p>DA APROVAÇÃO DESTE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO</p>	<div><hr/><p>Marina de Brito Silva Secretária Municipal de Saúde</p></div> <div><p>RECURSO ORÇAMENTÁRIO</p><p>02.07.20.10.301.0023.2017.3.3.90.30.00 FICHA 220 FR 1500/1600/1621/2600/2621</p><p>02.07.20.10.301.0023.2438.3.3.90.30.00 FICHA 242 FR 1500/1600/1621/2600/2621</p></div> <div><hr/><p>Liliane Angélica Batista Santana Contadora/126442/0-0</p></div> <div><p>Informamos ainda que foi verificado o impacto financeiro da despesa no Anexo de Metas Fiscais e ainda foi incluído na programação financeira da Prefeitura Municipal.</p></div> <div><hr/><p>Leidiane de Paula Pereira Secretária Municipal de Fazenda</p></div>
--	--



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES
ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I – PROPOSTA DE PREÇOS

Dados da empresa e de seu representante legal:

Empresa:

RAZÃO SOCIAL: XXX

CNPJ: XXX

INSCRIÇÃO ESTADUAL: XXX

PROCESSO Nº.: 043/2026

DISPENSA Nº.: 009/2026

E-MAIL:

TELEFONE/WHATSAPP:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1.	RECARGA OXIGENIO MEDICINAL 1M³	UNID	50		
2.	RECARGA OXIGENIO MEDICINAL 3,5 M³	UNID	50		
3.	RECARGA OXIGENIO MEDICINAL 10 M³	UNID	50		

Validade da proposta:

Representante Legal:

Nome: xxx

Endereço: xxx

Cidade: xxx

UF: xxx

Cargo/função: xxx

CPF: xxx

Carteira de identidade nº: xxx

Expedição: xxx

Naturalidade: xxx

Nacionalidade: xxx

Declaramos que estamos de acordo com as condições do aviso de dispensa, minuta de contrato e seus anexos. Declaramos essa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local/Data: xxx

Indicação da forma de pagamento:

BOLETO ()	DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE ()	
	BANCO	
	AGÊNCIA	
	Nº DA CONTA	
	FAVORECIDO	

Assinatura do Responsável



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES
ESTADO DE MINAS GERAIS

**ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA
DISPENSA DE LICITAÇÃO
TERMO DE REFERÊNCIA**

Número de ordem	PROCESSO Nº	043/2026
	DISPENSA Nº	009/2026
	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Artigo 75, Inciso II da Lei 14.133/2021
Repartição interessada	MARINA DE BRITO SILVA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Protocolo e Autuação	COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / AGENTE DE CONTRATAÇÃO: NATALIA CRISTINA SOARES.	

TERMO DE REFERÊNCIA				
SETORES REQUISITANTES	Secretaria Municipal de Saúde			
IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL	Alessandra Andrade de Almeida Silva Secretária Adjunta de Saúde			
DEFINIÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “A”, LF 14.133/2021)	Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de recargas de oxigênio medicinal, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Dores de Guanhanes/MG, conforme especificações, condições e quantitativos a serem definidos na dispensa eletrônica.			
QUANTIDADE ESTIMADA A SER CONTRATADA	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.
	1.	RECARGA OXIGENIO MEDICINAL 1M³	UNID	50
	2.	RECARGA OXIGENIO MEDICINAL 3,5 M³	UNID	50
	3.	RECARGA OXIGENIO MEDICINAL 10 M³	UNID	50
FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, “B”, LF 14.133/21)	A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir o fornecimento contínuo de oxigênio medicinal para manutenção dos atendimentos realizados pelas unidades de saúde, ambulâncias, atendimentos de urgência e emergência e assistência domiciliar do Município.			



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

	<p>O oxigênio medicinal é insumo indispensável para estabilização e suporte ventilatório de pacientes em situações críticas, sendo essencial para continuidade da assistência prestada pelo SUS.</p> <p>A ausência do fornecimento adequado poderá ocasionar prejuízos diretos à saúde da população, agravamento de quadros clínicos e interrupção de serviços essenciais.</p> <p>A contratação encontra respaldo no Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, o qual demonstrou a viabilidade técnica e econômica da solução adotada.</p>
REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, “D”, LF 14.133/21)	<p>São requisitos mínimos da contratação:</p> <ul style="list-style-type: none">• Empresa regularmente constituída e habilitada;• Atendimento às normas da ANVISA, ABNT e demais legislações sanitárias aplicáveis;• Capacidade logística para fornecimento contínuo e parcelado;• Garantia da qualidade e segurança do oxigênio medicinal fornecido;• Apresentação de documentação fiscal, trabalhista e jurídica regular;• Capacidade de atendimento em prazo compatível com a necessidade da Administração.• vedação de fornecimento de oxigênio fora das normas da ANVISA;• substituição imediata em caso de vazamento;• responsabilidade técnica da empresa. <p>O oxigênio medicinal fornecido deverá possuir grau de pureza compatível com as exigências sanitárias aplicáveis, responsabilizando-se integralmente a contratada pela qualidade e segurança do produto.</p>
MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (Art. 6º, XXIII, “E”, LF 14.133/21)	<p>O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e mediante emissão de Nota de Autorização de Fornecimento – NAF.</p> <p>O prazo para entrega deverá ser de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da NAF.</p> <p>EM SITUAÇÕES EMERGENCIAIS DEVIDAMENTE JUSTIFICADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, O FORNECIMENTO DEVERÁ OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS.</p> <p>As entregas deverão ocorrer na Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua do Rosário, nº 315, Centro, Dores de Guanhanes/MG, ou em outro local previamente indicado pela Administração.</p> <p>Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, observadas todas as normas técnicas e sanitárias aplicáveis.</p> <p>Em caso de fornecimento em desacordo com as especificações exigidas, a contratada deverá promover a substituição imediata, sem ônus para a Administração.</p>



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, XXIII, “F”, LF 14.133/21)	<p>A fiscalização da execução contratual será realizada por servidor formalmente designado pela Administração.</p> <p>O acompanhamento ocorrerá de forma contínua, mediante conferência das entregas, controle de estoque, verificação da conformidade dos produtos fornecidos e emissão de relatórios quando necessário.</p> <p>Eventuais irregularidades serão formalmente comunicadas à contratada para adoção das providências cabíveis.</p>
CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6º, XXIII, “G”, LF 14.133/21)	<p>O pagamento será realizado conforme quantitativos efetivamente fornecidos e devidamente atestados pelo fiscal do contrato.</p> <p>A contratada deverá apresentar Nota Fiscal correspondente ao fornecimento realizado.</p> <p>O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo e atesto da nota fiscal, observadas as retenções legais eventualmente incidentes.</p>
FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, “H”, LF 14.133/21)	<p>A contratação será realizada por meio de contratação direta, na modalidade dispensa de licitação em razão do valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.</p> <p>A opção pela contratação direta justifica-se em razão do valor estimado da contratação encontrar-se dentro dos limites legais estabelecidos para dispensa de licitação, mostrando-se medida mais célere, econômica e eficiente para atendimento da necessidade administrativa, sem prejuízo da observância aos princípios da legalidade, economicidade, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.</p>
ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, “I”, LF 14.133/21)	<p>JUSTIFICATIVA DO CARÁTER SIGILOSO DO ORÇAMENTO ESTIMADO</p> <p>A presente contratação justifica-se pela necessidade contínua e indispensável de fornecimento de oxigênio medicinal para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Dores de Guanhanes/MG, considerando tratar-se de insumo essencial à manutenção dos serviços públicos de saúde, especialmente no atendimento de urgência, emergência, procedimentos ambulatoriais, atendimentos domiciliares, transporte de pacientes e demais ações assistenciais desenvolvidas pela rede municipal de saúde.</p> <p>O oxigênio medicinal é item imprescindível para suporte à vida, sendo utilizado rotineiramente em pacientes que necessitam de assistência respiratória, razão pela qual sua disponibilidade deve ocorrer de forma ininterrupta, adequada e segura, a fim de evitar prejuízos à continuidade dos atendimentos e riscos à integridade física e à saúde dos usuários do sistema público municipal.</p> <p>A contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado das recargas visa garantir maior eficiência logística, segurança no abastecimento e atendimento imediato das necessidades da Administração, observando-se os princípios da continuidade do serviço público, economicidade, eficiência e interesse público.</p>



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

	<p>Considerando que a divulgação prévia dos valores estimados poderá comprometer a competitividade do certame, influenciar estratégias comerciais dos licitantes e impactar na obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, a presente contratação adotará o caráter sigiloso do orçamento estimado, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, permanecendo os valores estimados restritos aos autos internos do processo administrativo até o encerramento da fase de lances, conforme previsão legal.</p> <p>Ressalta-se que o valor estimado da contratação se encontra devidamente apurado e disponível no processo administrativo interno, em observância às exigências legais e aos princípios da transparência, planejamento e controle administrativo, ficando seu acesso restrito aos órgãos de controle interno e externo competentes, na forma da legislação vigente.</p> <p>Tal medida busca preservar a ampla competitividade, estimular a disputa entre os licitantes e assegurar maior vantajosidade à Administração Pública, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.</p>
OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE	<p>Constituem obrigações da contratada:</p> <ul style="list-style-type: none">• Fornecer os produtos em conformidade com as especificações técnicas e sanitárias exigidas;• Realizar as entregas dentro dos prazos estabelecidos pela Administração;• Garantir a qualidade, segurança e regularidade do oxigênio medicinal fornecido;• Responsabilizar-se pelo transporte, armazenamento e manuseio adequado dos cilindros;• Substituir imediatamente os produtos fornecidos em desacordo com as especificações ou que apresentarem irregularidades;• Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;• Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas decorrentes da execução do contrato;• Comunicar imediatamente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer o fornecimento;• Cumprir integralmente as normas da ANVISA, ABNT e demais legislações aplicáveis;• Responder por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução contratual. <p>Constituem obrigações da contratante:</p> <ul style="list-style-type: none">• Emitir as Notas de Autorização de Fornecimento – NAF em tempo hábil para atendimento da demanda;• Proporcionar todas as condições necessárias para adequada execução do objeto contratual;• Receber, conferir e fiscalizar os produtos fornecidos pela contratada;• Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos fornecidos em desacordo com as especificações estabelecidas;• Comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução do contrato;



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

	<ul style="list-style-type: none">• Efetuar o pagamento conforme condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;• Designar fiscal e gestor do contrato para acompanhamento da execução;• Prestar as informações e esclarecimentos necessários à execução contratual;• Aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento contratual.
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 6º, XXIII, “C”, LF 14.133/21)	<p>A solução consiste na contratação direta de empresa especializada, mediante dispensa de licitação em razão do valor, para fornecimento parcelado de recargas de oxigênio medicinal destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Dores de Guanhanes/MG.</p> <p>O fornecimento será realizado de forma contínua e conforme necessidade da Administração, mediante emissão de Nota de Autorização de Fornecimento – NAF, garantindo maior controle operacional, racionalização do estoque e prevenção de desabastecimento.</p> <p>A solução contempla o atendimento das unidades de saúde municipais, ambulâncias, atendimentos de urgência e emergência, transporte sanitário, assistência domiciliar e demais serviços vinculados à rede municipal de saúde, assegurando a continuidade da assistência prestada à população.</p> <p>Os produtos fornecidos deverão atender integralmente às normas técnicas e sanitárias vigentes, especialmente às exigências da ANVISA, ABNT e demais órgãos reguladores competentes, garantindo qualidade, segurança e conformidade sanitária.</p> <p>A contratada será responsável pelo transporte adequado dos cilindros, observância das normas de segurança, substituição imediata de produtos em desacordo com as especificações e manutenção da regularidade do fornecimento durante toda a vigência contratual.</p> <p>A contratação parcelada mostra-se a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, permitindo atendimento contínuo da demanda sem necessidade de armazenamento excessivo, reduzindo riscos de desperdícios e garantindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.</p>
ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, “J”, LF 14.133/21)	<p>02.07.20.10.301.0023.2017.3.3.90.30.00 FICHA 220 FR 1500/1600/1621/2600/2621</p> <p>02.07.20.10.301.0023.2438.3.3.90.30.00 FICHA 242 FR 1500/1600/1621/2600/2621</p>
<p>Dores de Guanhanes 18 de maio 2026.</p> <hr/> <p>Alessandra Andrade de Almeida Silva Secretária Adjunta de Saúde</p>	



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO III

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DECLARAÇÕES DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

OBSERVAÇÃO: NA PRESENTE LICITAÇÃO, A ANÁLISE DA HABILITAÇÃO OCORRERÁ APÓS O JULGAMENTO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1 - Registro comercial no caso de firma individual;
- 1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- 1.3 - Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- 1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;
- c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;
- d) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, Cartão de Inscrição Estadual, (se houver);
- e) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- f) prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

3 DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (conforme art. 69 da Lei 14.133/21):

- 3.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

4 DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As Licitantes deverão comprovar sua QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, através de:



MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 4.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de oxigênio medicinal e/ou gases medicinais.
- 4.2 Alvará Sanitário ou Licença Sanitária vigente, expedido pelo órgão competente da sede da licitante, compatível com o objeto da licitação, conforme legislação sanitária aplicável.
- 4.3 Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, compatível com o objeto licitado, quando exigível nos termos da legislação vigente.
- 4.4 Certificado de regularidade e/ou autorização emitida pelo órgão competente para transporte de produtos/gases medicinais, quando aplicável.
- 4.5 Declaração de que dispõe de estrutura operacional, logística, equipamentos e pessoal qualificado suficientes para garantir o fornecimento parcelado do objeto, de forma contínua e imediata, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.
- 4.6 Comprovação de que os cilindros e recipientes utilizados atendem às normas técnicas e de segurança aplicáveis, especialmente às regulamentações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais órgãos fiscalizadores competentes.
- 4.7 A fornecedor participante deverá observar todas as normas sanitárias, técnicas e de segurança aplicáveis ao fornecimento, armazenamento, transporte e manuseio de oxigênio medicinal, responsabilizando-se integralmente pela qualidade e regularidade do produto fornecido.

5 GARANTIA DO FORNECIMENTO

- 5.1 A contratada deverá garantir a qualidade, segurança e conformidade das recargas de oxigênio medicinal fornecidas, observando integralmente as normas técnicas, sanitárias e de segurança aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- 5.2 Os cilindros recarregados deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, sem vazamentos, avarias ou qualquer irregularidade que comprometa a segurança e eficiência do produto.
- 5.3 Constatada qualquer desconformidade, defeito, contaminação, vazamento ou inadequação nas recargas fornecidas, a contratada deverá realizar a substituição imediata do produto, sem ônus para a Administração, no prazo máximo estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 5.4 A contratada responderá integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de falhas na execução do fornecimento, recarga inadequada, armazenamento, transporte ou manuseio do oxigênio medicinal.